

PODER

Analistas avaliam que o ex-ministro e ex-juiz tomou decisões equivocadas, porém não pode ser visto como carta fora do baralho nas próximas eleições presidenciais

Moro perde força, mas ainda está no jogo

» SARAH TEÓFILO

Depois de abandonar a magistratura para assumir um cargo político dentro do governo do presidente Jair Bolsonaro, a atitude do ex-juiz federal Sergio Moro foi amplamente criticada. Afinal, havia sido ele o responsável pela ordem de prisão que deixou um dos maiores líderes políticos do Brasil, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), atrás das grades durante o pleito de 2018, de onde Bolsonaro saiu vitorioso. Hoje, a imagem de Moro perdeu a força que tinha em 2018, quando colhia resultados da Operação Lava-Jato, a maior ação anticorrupção do país, e que ajudou a eleger o presidente, e outros tantos políticos que se apoiaram neste discurso.

Após deixar o governo disputando contra Bolsonaro, em 24 abril, acusando o chefe do Executivo de tentar interferir politicamente na Polícia Federal (PF), o ex-juiz coleciona desgastes devido a decisões equivocadas que podem prejudicar uma possível candidatura em 2022. A última delas foi de integrar a equipe da empresa de consultoria Alvarez & Marsal, que tem entre os clientes as construtoras Odebrecht e OAS, ambas alvos do escândalo de corrupção da Operação Lava-Jato. A avaliação de cientistas políticos, entretanto, é de que, apesar de Moro ter enfraquecido, o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública permanece no jogo político e não pode ser visto como carta fora do baralho para as próximas eleições presidenciais.

Quarentena

Marco Antônio Carvalho Teixeira, cientista político e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo, vê esse último passo de Moro como uma “quarentena” e depois um retorno, do que abandono da política pelo ex-ministro. “Mas o retorno poderá ser numa condição mais fraca e com pouco poder de barganha”, diz. De acordo com ele, a decisão não elimina o Moro da política, visto que ele tem popularidade elevada e é lembrado nas pesquisas eleitorais.

“Mas, obviamente, para o eleitor que vê o Moro com a imagem de paladino da Justiça. Isso soa estranho, ainda que uma explicação tenha sido dada”, ressalta Teixeira. Entretanto, ele reconhece que a decisão do ex-ministro pode inviabilizá-lo para um projeto presidencial, mas não o impede de tentar o Senado pelo Paraná — algo que, neste caso, frustraria o senador Álvaro Dias (Podemos), grande apoiador de Moro e da Lava-Jato. No próximo pleito, apenas um

Ed Alves/CB/D.A.Press - 24/4/20



Em abril, quando anunciou a saída do cargo, Sergio Moro acusou o presidente de tentar interferir na PF



Moro não tem mais o que produzir em termos de novidade política. Não tem cargo ou atuação que permita isso”

Marco Antônio Teixeira,
cientista político e professor da FGV

senador será eleito por estado, e o ex-juiz seria um adversário forte de Álvaro na disputa pela cadeira.

“Moro não tem mais o que produzir em termos de novidade política. Não tem cargo ou atuação que permita isso”, diz o professor da FGV. De acordo com ele, se a investigação aberta contra Bolsonaro sobre possível interferência política na Polícia Federal for arquivada, o cenário será ainda pior ao ex-juiz. A investigação foi aberta depois que Moro, ao pedir demissão, acusou o chefe do Executivo de tentar interferir na corporação para fins pessoais. “Ele vai voltar como alguém que produziu um fato que não se comprovou depois”, pontua. Para ele, o ex-ministro pode não ter vocação para a política. “Se ele tivesse vocação, ele não teria ido para o governo. Qualquer pessoa que tivesse aná-

lise de cenário político mais estruturada saberia que ele estava indo para uma fria. Aspiração ele tem, talvez erre nos caminhos”, afirma.

Capital político

Professor de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), Lucio Rennó avalia que Moro começou a perder capital político quando abandonou a magistratura para assumir o cargo no ministério de Bolsonaro, ainda mais depois de ter condenado Lula. Em seguida, os vazamentos de conversas entre ele e integrantes da força-tarefa da Operação, dentre eles o então coordenador Deltan Dallagnol, em um episódio conhecido como “Vaza Jato”, complicou ainda mais a imagem. “Foram passos equivocados tomados pelo ex-ministro que fragilizaram a sua reputação. E esse último agora (quando passou a integrar a consultoria) me parece ser algo que o prejudica, porque, de certa forma, as pessoas começam a colocar questões de conflito de interesse, embora ele seja hoje um profissional liberal”, aponta.

É fato que todas essas questões serão usadas contra Moro no caso de uma possível candidatura presidencial, seja ele cabeça de chapa ou candidato a vice. “Ele vem, ao longo desses últimos anos, criando arsenal para os seus inimigos, a partir das suas escolhas que podem ser questionadas publicamente”, diz Rennó.

Para o professor da UnB considera que o ex-juiz não pode ser descartado do cenário político para 2022 e que a entrada na consul-

toria pode ser, além de uma oportunidade profissional, um momento em que ele poderá se distanciar dos holofotes, pois, ao fim do primeiro semestre deste ano, Moro aparecia bem nas pesquisas de avaliação popular. Suas chances, no entanto, para o Executivo nacional, enfraquecem quando ele dá munição aos opositores. Pensando para a vice-presidência, por exemplo, Rennó pontua que “é difícil dizer o que ele agrega em uma chapa nacional competitiva”.

Emerson Urizzi Cervi, professor do departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR), ressalta que há ainda o desgaste do discurso anticorrupção que Moro fomentou. Bolsonaro chegou como um “outsider” (de fora da política) — apesar de ter estado na Câmara dos Deputados por mais de 20 anos — com a promessa de combate à corrupção e de antipolítica. Esse discurso, entretanto, perdeu força, algo que ficou claro nas eleições de 2020, quando candidatos com histórico político (pessoal ou familiar) tiveram preponderância sobre os que vieram de fora e os que era apoiados pelo presidente. “E sem isso, não tem Moro”, pontua. Ele frisa que o ex-ministro só existe com força em um cenário de visão negativa da política (a chamada antipolítica), e que isso perdeu impulso nacionalmente. O professor relata, ainda, que a entrada de Moro na consultoria de empresas envolvidas na Lava-Jato é um “contraste”, mas ainda é preciso ver se a opinião pública observará desta forma também.

Sem partido para chamar de seu

Como o ex-ministro da Justiça Sergio Moro é visto como um nome que não conseguiria sustentar uma cabeça de chapa, se for cogitar um cargo de vice, é preciso ter em mente que essa posição é negociada entre partidos, e não individualmente, quando entra na conta o tempo de TV. Com isso, o cenário fica complicado para Moro, que não é bem-visto pela classe política e não tem partidos disputando a sua filiação, de acordo com cientistas políticos. Eles avaliam que o ex-ministro teria espaço aberto no Podemos, de Álvaro Dias, mas não em grandes legendas.

No entender do professor Marco Antônio Carvalho Teixeira, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Moro tem dificuldade para encontrar “porto seguro” em partidos médios e grandes, como DEM, PSDB, e nem se fala nas legendas de esquerda. Se quiser, ele

deve, então, entrar em uma legenda de médio porte para baixo, e sem aliados de peso. O professor Emerson Cervi, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), por sua vez, frisa que Moro não é bem-visto pela elite política. “Ele era tolerado pelo capital que tinha perante a opinião pública”, diz.

Segundo Cervi, os partidos grandes, geralmente, não aceitam um “outsider”, e Moro nunca foi testado nas urnas, tendo ocupado, brevemente, um cargo político dentro do governo. Assim, a classe política não gosta de Moro; o governo não gosta de Moro, e tampouco a esquerda. Por isso, o cientista político acredita que ele terá grandes problemas para encontrar um partido relevante e conseguir entrar em uma coligação para disputar algum cargo nacional.

Lucio Rennó, da Universidade de Brasília (UnB), ressalta que no

meio político, Moro é benquisto por uma minoria. “A maioria vê a atuação dele na Lava-Jato como excessiva e o desfecho dele no governo Jair Bolsonaro, de certa forma, como uma traição. Não é comum as pessoas saírem do governo como ele saiu, expondo as fragilidades. A classe política vê isso com ressalva, mesmo que ele tenha seus motivos”, aponta.

Ganhadores

Para Teixeira, da FGV, o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), e aqueles que têm um projeto político de centro-direita de enfrentamento a Bolsonaro ganham capital político com a saída de Moro desse cenário, porque o espaço ocupado pelo ex-juiz seria de combate ao bolsonarismo, e ele tiraria votos dessas figuras. Também ganharia com este cenário o próprio

presidente Jair Bolsonaro, que tem um adversário forte a menos; e alguém que também tem na agenda o discurso anticorrupção (ainda que este discurso já esteja enfraquecido e não tem a força que teve em 2018).

“Todo o quadro político ganha com o enfraquecimento de Moro”, avalia Rennó, da UnB. Apesar de uma chapa com o ex-ministro e o apresentador e empresário Luciano Huck andar sendo cogitada, o cientista político acredita que o ex-juiz não seria um bom vice nem para Huck, tampouco para Doria, por exemplo. “Eles são do Sul e do Sudeste. Precisam de alguém da região Nordeste do país, onde ainda há um apego forte da esquerda”, afirma. Além disso, segundo ele, Huck, apesar de ser um nome popular, não tem estofamento político, e precisa de um nome forte. (ST)



Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.dfgdabr.com.br



Como perder a guerra

Quando invadiu a antiga União Soviética, Adolf Hitler já havia conquistado boa parte da Europa: além da Áustria, Tchecoslováquia e Polónia — o que deflagrou a Segunda Guerra Mundial —, a Noruega, a Dinamarca, a Bélgica, a Holanda, a França, a antiga Iugoslávia e a Grécia, além de ex-colônias europeias na África. A Operação Barbarossa foi iniciada pelos alemães em 22 de junho de 1941 e mobilizou mais de três milhões de soldados. O objetivo era conquistar a URSS em oito semanas. Três objetivos estratégicos foram estabelecidos por Hitler. Ocupar Moscou, a sede do governo; obter a rendição de Leningrado (São Petersburgo), a grande porta russa para o Ocidente; e controlar Stalingrado (antiga Tsarítsin, hoje, Volgogrado), para garantir petróleo em abundância. Foram passos maiores que as pernas. A 30 quilômetros de Moscou, que chegou a ser evacuada, os alemães foram repelidos; apesar da fome, a população de Leningrado resistiu até o cerco ser quebrado, em 1944. Estratégica para o controle do Cáucaso, área considerada vital para o abastecimento das tropas alemãs, em Stalingrado, a batalha foi a mais longa e sangrenta de toda a guerra, mudando seu curso.

Os alemães não tinham recursos suficientes para manter uma guerra de longa duração em território soviético, na qual exauriram suas energias. Além disso, a derrota em Stalingrado quebrou a aura de invencibilidade do Exército alemão, que acabou cercado e se rendeu. Cerca de 400 mil alemães, 200 mil romenos, 130 mil italianos e 120 mil húngaros morreram, foram feridos ou capturados. Dos 91 mil alemães feitos prisioneiros em Stalingrado, apenas 5 mil voltaram para a Alemanha. Os soviéticos sofreram cerca de 1,13 milhão de baixas, sendo 480 mil mortos e prisioneiros e 650 mil feridos em toda a área de Stalingrado. Quando se rendeu, o comandante do 6º Exército alemão, marechal de campo Friedrich Paulus, referindo-se a Hitler, declarou: “Não tenho intenção de me suicidar por aquele cabo da Baviera”. Nunca antes um marechal de campo alemão havia se rendido numa frente de batalha; preferiam o suicídio à desonra. Ele havia cumprido as ordens de não se retirar de Stalingrado, a qualquer preço, mas acabou isolado, sem munição nem suprimentos.

Tem gente que considera a política uma guerra sem derramamento de sangue. Geralmente, trata os adversários como inimigos a serem exterminados. Entretanto, eles ressuscitam. Um dos três protagonistas da Conferência de Yalta, que dividiu o mundo em áreas de influência — ao lado de Franklin Delano Roosevelt (EUA) e Josef Stálin (URSS) —, o primeiro-ministro britânico Winston Churchill dizia: “A política é quase tão excitante como a guerra e não menos perigosa. Na guerra a pessoa só pode ser morta uma vez, mas na política diversas vezes.”

Frentes de batalha

Não por acaso, analogias de cunho militar são usadas na análise política. Por exemplo, a chegada do presidente Jair Bolsonaro ao poder resultou de uma “guerra de movimento” bem-sucedida na campanha eleitoral de 2018, uma espécie de “britzkrieg”. Na Presidência, manteve essa tática no primeiro ano de governo para ampliar seus poderes, até trombar com o Supremo Tribunal Federal (STF), que investiga o chamado “gabinete do ódio” (a disseminação de fake news e ataques a autoridades nas redes sociais por colaboradores encastelados no Palácio do Planalto) e o caso “rachadinhas” da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, no qual está envolvido o senador Flavio Bolsonaro (Republicanos-RJ). Desde então, opera uma “guerra de posições”, na qual tenta envolver as Forças Armadas, mobiliza os órgãos de controle do Estado, entre os quais o Ministério Público Federal (MPF), e pretende controlar o Congresso, o Judiciário e os grandes meios de comunicação de massa. Mutatis mutandis, foi essa estratégia de Vladimir Putin na Rússia para garantir sua longa permanência no poder.

O problema de Bolsonaro é que a verdadeira guerra está sendo travada em outros terrenos, nos quais não tem a menor chance de vitória. A primeira frente é a política ambiental, que nos levou a um grave litígio com a União Europeia, principalmente, com a Alemanha, a França e a Noruega. Os resultados de sua política são uma contradição em si mesma: quanto mais “passa com a boiada”, mais isolado internacionalmente fica.

A segunda, a crise sanitária, na qual Bolsonaro chegou a um ponto crítico, em razão do seu negacionismo: entrou numa guerra particular com o governador João Doria (SP), de São Paulo, por causa da vacina chinesa, e não tem mais como sair dela, a não ser se rendendo e comprando a CoronaVac, que já começou a ser produzida em grande escala pelo Instituto Butantan. Se não o fizer, a segunda onda da pandemia será uma tragédia ainda maior do que a primeira, porque a vacina de Oxford não está pronta e levará mais tempo para ser produzida pela Fiocruz e aplicada em massa.

A terceira frente é o não-reconhecimento da vitória do presidente norte-americano Joe Biden, que nos leva a um isolamento internacional sem nenhum precedente na História. Com isso, a política externa de Bolsonaro, como a ambiental e a sanitária, está em colapso. Em rota de colisão com a China, nosso maior parceiro comercial, agora ficou de mal com novo presidente dos Estados Unidos, o segundo parceiro, tudo em solidariedade ao presidente Donald Trump, que não se reelegue. Essas três frentes de batalha criam mais obstáculos para o desenvolvimento do país do que se imagina, pois aprofundam nosso atraso econômico e tecnológico e retardam a recuperação da economia.